

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

CASIMIRO, Isabel. *Isabel Casimiro (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. 17 p.

ISABEL MARIA ALÇADA CASIMIRO
(depoimento, 2008)

Rio de Janeiro

2010

Nome do Entrevistado: Isabel Maria Alçada Padez Cortesão Casimiro

Local da entrevista: Centro dos Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane – Maputo, Moçambique

Data da entrevista: 18 de agosto de 2008

Nome do projeto: Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa (CSPLP): Histórias de Vida

Entrevistador: Guilherme Mussane

Câmera: Guilherme Mussane

Transcrição: Maria Izabel Cruz Bitar

Data da transcrição: 5 de janeiro de 2009

Conferência de fidelidade: Carlos Subuhana

Data de conferência: 01 de novembro de 2009

****** O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Isabel Casimiro em 18/08/2008. As partes destacadas em vermelho correspondem aos trechos excluídos da edição disponibilizada no portal CPDOC. A consulta à gravação integral da entrevista pode ser feita na sala de consulta do CPDOC.

Guilherme Mussane – Doutora, talvez começar por... Por que a sua opção pelas Ciências Sociais? Haverá alguma coisa que tenha determinado essa sua opção pelas Ciências Sociais? Como é que você chega ao curso de História até hoje, o doutorado em Sociologia.

Isabel Casimiro – É uma longa história, porque eu... Eu não tinha escolhido História logo ao princípio. Eu sou do tempo em que nós chegávamos ao quinto ano, tínhamos um exame e tínhamos que decidir entre Ciências e Letras, indo para o sexto e sétimo ano. E havia várias alíneas, e eu, no princípio, escolhi Medicina, talvez porque o meu pai era médico, e eu estava mobilizada para isso – talvez porque as questões sociais já me preocupassem desde esses tempos, não é? Mas só consegui ficar uma semana no curso de Medicina, não talvez por causa das cadeiras mais difíceis para mim – porque eu tinha problemas com a Matemática –, mas foi por causa da Geologia. Houve ali algum problema, houve um conflito sério, eu não agüentei e mudei para Letras, mas para Letras Germânicas. Porque eu, do lado das Ciências, tinha um problema com a Matemática, mas do lado das Letras, tinha um problema com a Língua Portuguesa. Eu nunca fui muito boa nem em uma coisa nem em outra. Pior a Matemática. E eu tinha Língua Portuguesa, se eu escolhesse a alínea de Letras, e tinha Matemática, se escolhesse a alínea de Ciências. Mas então, eu optei por Germânicas e fiz o sexto e sétimo ano de Germânicas, em Nampula. Só que, na altura em que eu terminei, em 71, não havia ainda o curso de Germânicas na Universidade Lourenço Marques, na então Universidade Lourenço Marques. Eu fiquei à espera até o último momento, mas não havia, e eu também não queria estudar para fora, não queria ir para Portugal, e os meus pais não tinham também condições para isso, então eu tive que mudar, e mudei para História. Portanto, foi um conjunto de circunstâncias assim que me levou a entrar em História. Porque eu fiz o bacharelado de História, que era o que nós tínhamos naquele tempo – eu comecei a estudar em 73, mas depois interrompi, com a revolução etc., e depois vim a acabar o meu curso de 77 a 79, mas o bacharelado –, e depois fiz a licenciatura em História. Eu faço parte do primeiro grupo de formados em História que fez a licenciatura. Nós ainda não tínhamos a licenciatura. Tínhamos tido, mas reduzimos os cursos

para os bacharelados... Tínhamos tido não, nós sempre tivemos bacharelados desculpe. E depois, para fazer as licenciaturas, nós tivemos um orientador, que, no meu caso, foi o professor Jacques Depelchin – outros tiveram outros orientadores, porque fizeram as licenciaturas em documentação. E depois, quando foi para fazer o mestrado, surgiu a oportunidade de fazer um mestrado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O professor Boaventura tinha sido convidado pelo Centro de Estudos Africanos para vir cá, em 1995, eu estava à procura de um programa de mestrado e doutoramento, não queria ficar muito tempo fora, e alguns programas obrigavam a estar mais tempo fora, então, optei por este Programa de Mestrado e Doutoramento em Sociologia na Universidade de Coimbra.

G.M. – Mas, antes disso, a doutora faz um curso de Desenvolvimento no Centro de Estudos Africanos com dois personagens incontornáveis das Ciências Sociais moçambicanas: Aquino de Bragança e Ruth First. Que recordações tem desses dois nomes?

I.C. – Tenho, no geral – porque são dois personagens completamente diferentes, não é? –, tenho muito boas recordações. Primeiro, o Aquino, porque foi ele que montou o Centro de Estudos Africanos, logo nos primeiros anos da independência, e com os primeiros cientistas sociais formados em Moçambique. Porque o Centro de Estudos Africanos é, inicialmente, constituído por moçambicanos que estavam a sair do curso de História, sobretudo do curso de História. E mais tarde, quando esses moçambicanos têm que ir integrar outras atividades, têm que responder por outras responsabilidades, é que entra a Ruth First. Ele tem que convidar a Ruth First, que depois vem com todo um grupo de especialistas da África do Sul, Inglaterra etc. Então, são duas personagens muito diferentes, mas que se complementam bastante e que conseguiram criar aquilo que foi o Centro de Estudos Africanos nos seus primeiros anos. Tenho muito boas recordações do Aquino, pela sua experiência de vida, pelas pessoas que ele conheceu e pelo prazer que ele tinha de partilhar os seus conhecimentos com toda a gente. Quer dizer, de fato, isto foi uma coisa maravilhosa. Eu lembro que, sempre que o Aquino de Bragança chegava ao Centro de Estudos Africanos, ele percorria todos os gabinetes, ele cumprimentava todos os investigadores, ele cumprimentava o corpo técnico e administrativo. Ele não deixava uma pessoa, um servente ou um motorista por cumprimentar. Portanto, isso são coisas extremamente agradáveis que eu recordo dele. E depois, ele é – e eu já escrevi isso em um artigo meu –, ele é, em certa medida, a pessoa responsável por eu ter entrado para os Estudos da Mulher e Gênero. Porque eu ia fazer a minha tese de licenciatura sobre as questões da educação e foi ele que um dia me disse: “Olha, por que não estudas a participação da mulher na luta armada?” Porque aquilo que se verifica é que, sempre que a mulher era considerada, a luta avançava e quando ela era desconsiderada, havia retrocessos. Então, ele é – e o interessante é que é um homem, com bastante sensibilidade – que é o responsável por eu ter me envolvido pelas pesquisas da mulher e gênero. Portanto, isso no caso do Aquino. Foi o Aquino e o Jacques Depelchin que nos ajudaram também a entrar pelos estudos da luta armada, numa perspectiva bastante crítica, que foi a perspectiva sempre do Centro de Estudos Africanos. No caso da Ruth First, ela era uma pessoa fantástica, uma ótima investigadora, uma pessoa bem *strong*, uma pessoa forte, e muito carismática. Eu não tinha uma ligação muito grande com ela, porque ela tinha essas características todas, boas, mas era uma pessoa muito distante. Ela fazia parte – isto na minha maneira de ver – do núcleo duro aqui no Centro de Estudos Africanos, que tinha o seu grupo, e nós éramos os novos, os novatos. Quer dizer, eu, em 1980... Eu termino o bacharelado em 79 e eu logo, em janeiro ou fevereiro de 1980, eu entro no Centro de Estudos Africanos. Já é nesse ano que eu faço o curso de Desenvolvimento. Portanto, eu era uma pessoa muito nova. Quem era eu? Então, eu sentia-me uma formiguinha muito pequenina aqui, com uma ligação

grande em relação ao Aquino, mas alguma distância da Ruth e de outras pessoas, mas que eu penso que eram pessoas-chave, pessoas muito importantes e que contribuíram para o bom nome do Centro de Estudos Africanos. Como disse uma vez o Boaventura de Sousa Santos, o Centro era mais conhecido que a UEM [Universidade Eduardo Mondlane] lá fora.

G.M. – Quais são as linhas principais de investigação do Centro nessa altura, quando você entra como investigadora?

I.C. – O Centro, desde que foi criado que a sua preocupação é o estudo de Moçambique no contexto da África Austral, da África no geral e no contexto mundial. Mas a preocupação central era estudar Moçambique, compreendendo que Moçambique estava inserido em um determinado sistema que era muito influenciado pela dominância da África do Sul. Portanto, aquilo que se percebia é que era preciso estudar Moçambique e as transformações, a construção do socialismo em Moçambique, em um momento especial da história mundial e da história africana, portanto, o momento de continuação das descolonizações, mas já à última fase das descolonizações – porque os países de colonização portuguesa são dos últimos, mas nós depois ainda temos a Namíbia e temos depois a Rodésia e temos... Portanto, o fim do *apartheid*, digamos assim, na Rodésia, na África do Sul e na Namíbia, não é? Então, são momentos fundamentais. E aquilo que se pensava é que era preciso entender Moçambique, compreender Moçambique, compreender as relações sociais, econômicas e políticas em Moçambique, em um momento de transição extremamente importante, mas num contexto mais global, de sistema da África Austral, no contexto africano e no contexto mundial. Portanto, logo os primeiros estudos que nós fizemos estavam ligados com as questões da terra, com as questões das cooperativas, com as questões das mudanças da economia, mas também o estudo da situação rodesiana, que é um dos primeiros documentos que sai, e depois, a questão do mineiro – e isto já cobria uma parte, a parte sul e a parte do centro de Moçambique, digamos assim –, e depois, todos os estudos sobre as machambas estatais, sobre as cooperativas, sobre as mudanças na produção do campo etc. Mas, quer dizer, essas temáticas – nós estudamos praticamente quase todas as temáticas –, elas estavam ligadas a essa questão central, que era compreender Moçambique e as transformações de uma economia capitalista em uma economia socialista, mas no contexto de um subsistema regional extremamente forte que estava a moldar Moçambique e a África Austral desde finais do século XIX.

G.M. – **Como a doutora disse**, por influência de Aquino, começa a pegar os assuntos de gênero, e é esse assunto que vai pegar para a sua tese de mestrado. E por que essa especial dedicação ao assunto de gênero? Por que, da História Geral, de tudo isso, dessa macropolítica da região da África Austral, fica no gênero e faz tantos trabalhos...?

I.C. – Isso acontece no momento em que nós estávamos a iniciar a Oficina de História, já tínhamos a Oficina de História, onde se estava a fazer uma reflexão sobre a luta armada de libertação nacional. Uma das grandes preocupações do Aquino, que viveu na Argélia e que acompanhou os movimentos de libertação, foi que muitas vezes os movimentos de libertação não tiveram a capacidade, em termos de gente lá dentro, gente formada, para refletirem sobre si próprios, entanto que os movimentos vêm depois das suas independências. Ele sentiu isso sobretudo na Argélia. Então, a sua grande preocupação é que nós pudéssemos estudar aquilo que aconteceu durante a luta armada e que tivéssemos uma reflexão e uma análise crítica. Então, eu faço parte desse grupo, como faz parte também o Yussuf, o João Paulo Borges Coelho, o Luís de Brito, o Colin Darch, a Maria João Homem... É um grupo grande que faz

parte desse grupo que faz a reflexão. Ah! O Alexandrino José, o Jacques Depelchin. E nós resolvemos fazer uma reflexão sobre a luta armada, as antigas Zonas Libertadas, o poder popular, e nós também fizemos um estudo sobre as mulheres nas fábricas, as mulheres nas principais fábricas, aqui na cidade de Maputo e em outros locais do país. Então, é nesse contexto e nesses debates sobre a luta armada que surge a questão da mulher, porque é incontornável. Quer dizer, pela posição que a Frelimo assumia em relação à emancipação da mulher, e depois, por aquilo que nós estávamos verificando que estava a acontecer durante a luta armada. Então, é aí que, enquanto nós estávamos a fazer o estudo sobre a luta armada, que o Aquino me diz: “Por que tu não aprofundas mais este estudo? Nós estamos a ver aqui, no contexto das Zonas Libertadas etc., nós estamos aqui a ver as relações entre mulheres e homens, por que tu não aprofundas mais este estudo?” E é aí que eu faço a minha tese da licenciatura sobre a participação da mulher na luta armada.

G.M. – E depois, para o mestrado e doutorado, pega o desenvolvimento como âncora e trabalha nisso.

I.C. – Pois. Isto está sempre muito ligado aos vários trabalhos que eu faço. Eu, se calhar, devia ter pegado em um determinado ponto e ir desenvolvendo. Eu devia ter desenvolvido a questão da luta armada, o que é luta armada, e depois fui aos movimentos feministas, organizações de mulheres em movimentos feministas, e depois pego numa região do país, onde eu vou ver... Uma região do país de organização social matrilinear e de influência islâmica. Não é que não esteja ligado. Está ligado. Mas por que eu peguei ali? Porque desde 1998 que eu venho fazendo investigação, venho fazendo pesquisa sobre Nampula, que é, por acaso, a província onde eu nasci. Mas eu nasci no interior. Eu nasci em Iapala. E desde 1998 que eu integro também um grupo de pesquisa que se chama Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento, e esse instituto, que foi criado por um grupo de pessoas de Nampula e fora de Nampula, foi criado por iniciativa da embaixada da Holanda, que trabalha sobretudo sobre Nampula e que queria ter um grupo de académicos independentes que pudesse fazer o acompanhamento e a crítica ao seu apoio à província de Nampula. Então, nós, em 1998 – quando eu digo nós, eu estou a falar do Negrão, eu estou a falar do Luís Felipe Pereira, eu estou a falar do Rafael da Conceição, eu estou a falar da Margarida Paulo, do João Donato, do Cláudio Mungoi... Há um grupo que se junta e que começa a fazer pesquisa em Nampula. Portanto, eu já tinha, quando eu apresento o meu projeto de doutoramento, em 2001, eu tenho... Quer dizer, eu já estava há três anos a trabalhar sobre Nampula e decidi continuar a fazer essa pesquisa sobre Nampula, sobre Angoche, porque eu achei que seria importante ver a questão das sociedades matrilineares, que, desde os anos 90, têm estado a ser reestudadas, já numa perspectiva diferente, com o apoio dos movimentos feministas, e depois, desafiar também esta questão de que Islã é sinónimo de opressão das mulheres, ou que em todas as sociedades onde o Islã tem uma força grande, as mulheres são oprimidas. Quer dizer, eu queria ver até que ponto é que essa situação se verificou ou não em Angoche e o que aconteceu pelo fato de, desde séculos, o Islã ser a religião dominante aqui, ao mesmo tempo que era uma sociedade de filiação matrilinear. Portanto, em certa medida, eu andei ali à volta de temas próximos uns dos outros, não é?

G.M. – E, além de investigadora, chegou uma fase, no ano... em que é diretora do Centro de Estudos Africanos.

I.C. – Pois. Eu fui primeiro diretora-adjunta. Depois da morte da Ruth First, o Aquino de Bragança convidou-me para eu ser diretora-adjunta e eu fiquei durante um ano como diretora-adjunta, portanto, de 1982 a 83, e depois, em 1990, se não me engano, de 1990 até 95, eu fui diretora do Centro de Estudos Africanos de fato.

G.M. – Qual foi a mais-valia da sua direção? Em termos de temas da investigação, em termos do papel da universidade, o que vocês trouxeram de novidade ou de continuidade àquilo que se fazia no período antigo?

I.C. – Eu penso que foi mais de continuidade. Infelizmente, eu penso que nós não conseguimos de fato mudar muita coisa. Isto talvez por causa das circunstâncias. Quer dizer, o Centro começa com um grupo muito bom de moçambicanos; em um determinado momento, esse grupo tem que ir ocupar outras responsabilidades, por causa da saída de muitos portugueses, e portanto, o Centro fica com um número reduzido de moçambicanos, e é aí que entra a Ruth First e outros, e depois, nós temos problemas muito sérios: nós tivemos a morte da Ruth First e depois tivemos a morte do Aquino. A Ruth First é assassinada em 82 e o Aquino de Bragança é assassinado em 86. Então, isso cria problemas muito sérios em termos de continuidade, porque era preciso nós também formarmos o pessoal moçambicano. Houve aí um período em que o Sérgio Vieira esteve como diretor – o Sérgio Vieira assume a direção do Centro logo após a morte do Aquino de Bragança, portanto, ele está praticamente de 86 até 90, quando eu assumo a direção do Centro –, e houve um aspecto positivo, pela força que ele tinha, que foi de conseguir continuar a ter apoios e conseguir contratar gente para o Centro. Porque nós tivemos um período em que praticamente não tínhamos quadros de contratação. Então, o que nós tentamos foi manter alguns dos projetos iniciais, mas começar com outros. Em 1990, por circunstâncias diversas, nós já tínhamos o Departamento de Estudos da Mulher e Gênero, nós iniciamos um projeto regional, que vai, digamos assim, animar, até 95 e 96, o Centro de Estudos Africanos, que é o Women and Law in Southern Africa Research Project (WLSA). Portanto, é uma coisa nova, que não surge porque eu sou diretora, porque o WLSA já tinha sido discutido em 88, a sua criação, com seis países da região, que é como ela é criada, e também o Núcleo de Estudos da Mulher tinha sido criado em 1988, e transforma-se em Departamento de Estudos da Mulher e Gênero em 1990. Então, não são coisas que surgem com a minha direção, portanto, como diretora do Centro, mas são coisas que continuam e que se dá força nessa altura. Isso é o que há de novo. Tem algo de novo, mas de continuidade também, em relação às preocupações sobre as questões da mulher e gênero, que começam antes da minha tese de licenciatura. Porque em todos os projetos de pesquisa do Centro de Estudos Africanos, desde *O mineiro moçambicano* etc., sempre se colocou a questão da mulher. Podia não ser numa perspectiva de gênero, mas essa questão estava lá. Só que ela sofre um destaque, ou merece um destaque especial a partir de 1990. E é aí também que nós estamos em um período novo da história de Moçambique, com a aprovação da Constituição de 1990, e há um trabalho do Centro de Estudos Africanos com uma série de organizações que estão a surgir, por um lado, algumas já tinham surgido até, em 88, em 89 e 90, que é o caso da Amodefa [Associação Moçambicana para a Defesa da Família] e da Activa [Associação das Mulheres Empresárias e Executivas], e depois, a participação do Centro de Estudos Africanos na criação de outras associações. Portanto, eu penso que, e se calhar, puxando a brasa para a minha sardinha, porque essa é a minha área, eu penso que esse foi um dos aspectos que nós... que foi importante. Trabalhamos muito com organizações: trabalhamos na formação de cooperantes que vinham para as organizações aqui... Esse período foi um período marcado por isso também.

G.M. – Outra coisa importante da sua experiência foi um curso sobre Ideologias da Libertação Nacional, ministrado pelo Mário de Andrade e a Maria do Céu Reis. Que recordações tem do Mário de Andrade?

I.C. – Tenho as melhores recordações dos dois. Ele era uma pessoa encantadora. Quer dizer, ele faz parte de uma determinada geração a qual também pertencia o Aquino, todos esses grandes dirigentes, e ainda temos aí o Marcelino dos Santos, não é? Eu conheci-o como docente, e depois, também como amigo, e ele era, de fato, uma pessoa de um grande conhecimento, de uma grande experiência e de uma certa humildade também. Porque eu penso que isto é importante. Pode ser até que ele nem fosse, mas, pelo menos no trato conosco, ele sempre foi uma pessoa também disposta a partilhar. Sempre a falar sobre a sua experiência e a partilhar esses mesmos conhecimentos e, sobretudo, mobilizar-nos para tomarmos uma posição crítica. Eu acho que isso foi um aspecto muito importante. Não podemos esquecer que ele fez parte da Revolta Ativa do grupo da Revolta Ativa, que teve problemas em Angola durante a presidência do Agostinho Neto – eles estiveram presos, ele e a Maria do Céu Reis. Então, eles sempre pertenceram... Eles pertencem a um grupo de pessoas que questionou o MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola], as direções autocráticas e de cima para baixo que, infelizmente, caracterizaram muitos dos movimentos de libertação e que caracterizam algumas das direções dos países depois da independência.

G.M. – E também há dois momentos importantes na sua carreira de docente: a formação dos professores no Centro de Estudos... da geração 8 de março, e depois tem a Faculdade de Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda. O que tem a dizer sobre essas duas experiências?

I.C. – São experiências boas, porque nos enriquecem. Para mim, os antigos combatentes enriquecem. Nós estávamos ali com os antigos combatentes e trabalhadores de vanguarda, pessoas que tinham imensa experiência, mais velhos do que nós. Eu, muitas vezes, sentia-me pequenina, pequenina, pequenina. Lembro-me que eu fui professora do Manuel Capece, que já morreu, que foi diretor nacional da Educação. Quer dizer, nós estávamos naquele momento em que quase que endeusávamos aqueles que participaram na luta armada. Também, ainda não se tinham perdido muitos deles. Ainda não se tinham perdido tantos nos caminhos da desgraça e eram pessoas bastante respeitadas. Mas alguns deles mereceram esse respeito sempre. Portanto, foi uma experiência muito boa. Nós trabalhávamos em conjunto, portanto, era a Teresa Cruz e Silva, eu, o Alexandrino, o Yussuf Adam e o Jacques Depelchin. Nós dávamos Metodologia da História no Antigos Combatentes. Eu tenho pena que aquela experiência tenha acabado, porque foi muito, muito boa. Foi uma experiência de trabalho conjunto, de preparação conjunta das aulas, dos programas das aulas, portanto, de reflexão sobre as aulas que nós estávamos a dar. Era como se nós estivéssemos a fazer uma coisa nova, mas refletindo sempre sobre ela. E tivemos um grande apoio do Jorge Arancibia, um grande especialista em sistemas de educação e que trabalhou conosco, um chileno que esteve cá nesses anos. No caso dos cursos de formação de professores, nós sabemos que houve uma série de cursos que interromperam, que fecharam, e criaram-se os cursos de formação de professores porque era preciso formar professores. Isso criou alguns problemas sérios, porque as pessoas eram obrigadas a ir para os cursos de formação de professores. Mas havia outros cursos que continuavam abertos, e os cursos de formação de professores eram considerados cursos de segunda ou de terceira categoria. Foi muito sério. Eu lembro-me de receber chamadas de mães e pais de alunos a pedirem para os filhos não irem para os cursos de formação de professores porque eram muito bons alunos e

tinham o direito para ir para um curso, um outro curso. Lembro de ter falado com o Ganhão, que na altura era nosso reitor, sobre esse assunto, porque eu dizia: “Eu gosto de ter uma boa relação com os meus alunos quando eu lhes dou aulas, e a verdade é que eu estou a dar aulas com alunos que não estão satisfeitos, porque eles sabem que eles vão ter que fazer uma coisa que eles não querem, que é ser professores”. Aquilo criou conflitos muito grandes. É verdade que, numa fase inicial, a idéia era que se formavam os professores e que, quando os professores iniciassem o exercício da sua profissão, que se mantiriam contatos. Em alguns casos, esses contatos, se mantiveram com eles, porque depois eles vinham para um refrescamento etc. Mas, com a guerra, com toda uma série de coisas, esse espírito se perdeu. Eu fui encontrar em Montepuez um estudante que foi para lá há não sei quanto tempo e lá ficou como professor. Esse foi um dos problemas. É verdade que nós precisávamos formar professores, mas, se calhar, podíamos fazer de uma outra maneira. Não sei. É fácil, à distância, a gente falar, mas na altura já estávamos a levantar uma série de questões. E depois, houve alunos que se revoltaram. Penso que ouviu falar na questão dos Rebeldes do [Aquário?].

G.M. – Sim, sim.

I.C. – Alguns deles são conhecidos.

G.M. – Constantino Reis...

I.C. – Sim, que outro dia encontrei em Coimbra. Eu recebi uma ameaça de morte do grupo dos Rebeldes do [aquário?]. Quer dizer, a gente sabe que determinadas decisões nem sempre são bem aceitas por toda a gente. Quer dizer, nem tudo é aceito por toda a gente. E ainda bem, porque isso mostra a diversidade da sociedade, não é? Mas foi um período um bocado difícil. Para mim foi bom. Eu aprendi muito. Eu fui professora dos cursos de formação de professores da sexta e sétima; da oitava e... não, da quinta e sexta... Como é? Era décima e décima primeira; nona, oitava e sétima; quinta e sexta. É isso, quinta e sexta; sétima, oitava e nona; décima e décima primeira classes. Sempre de História: História de Moçambique, História da África e História Geral. Foi importante em termos da aprendizagem também, mas trouxe toda uma série de problemas, porque os alunos não se sentiam mobilizados, porque eles sabiam que, saindo dali, eles teriam que dar aulas, e eles não queriam. Eles queriam ter direito de optar pelo curso e pela atividade que eles iriam realizar depois do curso. E entrando para a formação de professores, eles já sabiam que eles tinham que ser professores.

G.M. – Outra coisa, doutora: o seu conhecimento de Moçambique e do interior de Moçambique é muito forte. Da sua experiência de investigadora, o que acha... Por exemplo, teve a participação no livro [inaudível] *do nacionalismo ao socialismo: o poder popular nas antigas áreas libertadas*. Que referenciais, do ponto de vista teórico, do ponto de vista daquilo que foi o chão das Ciências Sociais, a sua experiência trouxe lá do interior de Moçambique, de Nampula e outras regiões que você foi estudar?

I.C. – Mas referencial teórico como? O que quer dizer com isso?

G.M. – Vocês foram estudar nacionalismo e socialismo, quer dizer, o político e o social e as representações que aquelas coisas tinham sobre essas coisas. Que lições tem tirado disso? Ou o que terá contribuído para a formatação daquilo que são as grandes temáticas de investigação das Ciências Sociais em Moçambique a partir dessa experiência?

I.C. – Eu não sei. Eu não sei se nós contribuimos muito. Quer dizer, contribuimos em termos da nossa formação. Se isso contribuiu em termos das Ciências Sociais no geral, eu não sei. Porque sabe que há um grande desperdício da Ciência, não é? De fato, a gente faz pesquisa para produzir conhecimento e para que esse conhecimento possa ser utilizado em termos das políticas públicas, em termos das políticas governamentais, e depois, para os programas, para a elaboração de novos programas etc. Julgo que, em termos da nossa formação, isso foi importante, porque nós aprendemos muito. Nós partíamos de um determinado referencial teórico para estudar o nacionalismo e a luta armada na libertação nacional, mas nós nunca tentávamos adaptar a realidade a esse referencial teórico, mas sim entender... Quer dizer, com o referencial teórico, nós tentávamos entender a nossa realidade e, sempre que necessário, muitas vezes nós tínhamos que mudar toda uma série de idéias que nós tínhamos, toda uma série de teorias que nós tínhamos. Isso foi muito importante para nós. Nós refletíamos muito. Até que ponto isso contribuiu é que eu não sei. Eu gostaria que aquilo tivesse contribuído muito. Contribuiu para a nossa formação. Nós mudamos muito. Eu penso que há uma geração... As várias gerações do Centro de Estudos Africanos são gerações muito críticas, são gerações que questionam, mas questionam construindo. E isso eu tive oportunidade de ver quando eu me integrei na WLSA com mais cinco países da região e toda a gente dizia: “Mas como é que vocês questionam! Como é que vocês colocam essas questões! Como é que vocês fazem a pesquisa deste modo!” Porque, para nós, tudo tinha que ser posto em questão, desde que a gente se preocupasse com as questões teóricas e que contribuísse também para essas teorias. Porque a teoria não está acabada, não é? E portanto, a gente via que nós conseguíamos desafiar mais do que as nossas colegas da região. Elas estavam sempre a dizer: “Mas como...?!”. Isso significa que o estudo e essa relação entre o estudo e a pesquisa foram extremamente importantes, porque nos obrigaram a refletir sobre as escolas teóricas, sobre a nossa realidade etc. e fizeram-nos críticos construtivos. Em certa medida, isso influenciou nos nossos programas, nos currículos, mas nem sempre mudou muito as outras coisas, em termos de políticas públicas etc. Há um momento em que há um casamento, mas agora, não sei. Eu sinto um vazio muito grande em relação a um determinado número de coisas da pesquisa que a gente fez. Um esvaziar do coração, da alma de um determinado número dessas coisas que a gente fez. Talvez por causa das condições atuais, em que a gente já não faz a pesquisa só por amor à pesquisa, mas também porque precisa de dinheiro. Mas eu sinto que, com tanta coisa que nós já fizemos, isso devia se ter traduzido muito mais nos currículos, nos programas, a nível da nossa universidade. Eu vou lhe dar um exemplo. Nós temos... É verdade que tem havido algum esforço, mas nós temos faculdades de Direito que nunca mais acabam e essas faculdades de Direito estão todas elas, quase que todas elas, à imagem e semelhança das universidades de Direito em Portugal., que, se calhar, já mudaram. Mas também eles são muito conservadores, não é? Muitas vezes, essas faculdades de Direito não refletem uma análise que se esteja a fazer. E já há várias pesquisas sobre a situação dos vários Direitos em Moçambique, dos vários modos de resolução de conflitos que existem em Moçambique, mas a faculdade de Direito não reflete isso. Ela tem muito mais em conta o chamado Direito formal do que os Direitos costumeiros, que estão em permanente mudança. Porque o Direito costumeiro não é o mesmo que era há 30 anos atrás ou mesmo há 20 anos atrás. O Direito costumeiro é um direito vivo.

G.M. – Dinâmico.

I.C. – Dinâmico. Por isso que eu não concordo que muitas vezes a gente diga que é um Direito tradicional. Porque o que é a tradição? A tradição está em permanente mudança, basta nós

olharmos. Então, nós temos uma sociedade onde 90% dos conflitos que são os conflitos principais, que são os conflitos de família, são as questões cíveis, que são resolvidas de fato pelos tribunais comunitários, que são a forma de haver tribunais distritais, que têm determinadas competências, não podem resolver determinados conflitos etc. Mas as pessoas vão lá, porque são tribunais que estão mais próximos dos cidadãos do que os outros tribunais, que estão longe, têm uma linguagem e uma formalidade que ninguém entende. Então, até que ponto as faculdades de Direito, que se reproduzem como cogumelos, refletem estes aspectos? O que é contraditório, porque nós passamos a vida a falar da nossa tradição, dos nossos costumes, mas isto não está refletido em muitos dos programas que nós estamos a fazer. E não é que não haja pesquisas. Foram feitas pesquisas. O Centro de Estudos Africanos e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra fizeram uma investigação que se traduziu naqueles dois livros, [*Conflito e Justiça Social: Uma paisagens da [s] Justiça [s] em Moçambique*]; depois, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária e o Centro de Estudos Sociais fizeram uma pesquisa que se traduziu numa proposta sobre a nova organização judiciária, a lei dos tribunais comunitários etc. A proposta que fizeram em termos da Lei de Bases foi completamente truncada, mudada. E aquilo que se pensa é que o Estado muitas vezes não quer mudar um determinado número de coisas. Tudo que seja mudar determinados privilégios etc., muitas vezes não se quer. Há uma lei dos tribunais comunitários que até agora não foi discutida no Parlamento. Então, há toda uma série de questões que parece que não se pretende mudar, apesar disso estar consubstanciado com pesquisa feita. Então, este é um dos aspectos. Mas nós podemos ver depois outro tipo de coisas. Para mim, o mais flagrante é este. E eu peguei neste exemplo por quê? Porque nós agora temos um projeto sobre o impacto da lei da família em Moçambique, que é um projeto que nós estamos a fazer com o apoio da Oxfam America, e nós desenvolvemos isso em Cabo Delgado, em Manica e em Maputo – em Maputo cidade e Maputo província. Trabalhamos no próprio Matola [inaudível], que é na zona da Rádio Marconi, e trabalhamos em Boane. Então, nós temos uma lei da família que foi amplamente discutida, que entrou em vigor a partir de fevereiro de 2005, portanto, ela tem três anos... mais de três anos, três anos e tal, e nós vamos ver, essa lei da família até é desconhecida de alguns profissionais da Justiça que são formados, que são licenciados. Nem todos eles conhecem.. A sua divulgação por parte do Ministério da Justiça deixou muito a desejar. Porque uma vez que ela é aprovada e homologada pelo presidente da República – naquele caso, o presidente da República precisou de tempo porque não concordava com determinado número de aspectos –, então há seis meses que são para divulgação. A divulgação não foi ampla. A divulgação está a ser feita por várias ONGs etc. Foi feito um documento pela Unidade Técnica da Reforma Legal, *A lei da família anotada* etc., mas isto não está nas mãos de todos os juizes, por aquilo que a gente viu. E quando nós vamos ver, onde é resolvida grande parte dos problemas? Pelos tribunais comunitários. E como é que os tribunais comunitários resolvem? É muito difícil que eles conheçam esta lei, que está escrita em uma linguagem extremamente difícil. E este é um dos grandes problemas da nossa legislação que nós não conseguimos mudar. Claro que os juristas dizem que eles têm que falar assim. Nós achamos que eles falam para eles próprios. Nós, as feministas, achamos que nós temos que ter uma legislação que as pessoas possam entender, porque senão nós temos os cidadãos afastados dessa Justiça. E depois, os tribunais comunitários resolvem de acordo com a Constituição, de acordo com aspectos... de acordo com a tradição, digamos assim, com o bom senso, e de acordo com aquilo que eles apreenderam da lei da família. Então, é muito interessante, porque esta lei está a ser aplicada das mais diversas formas. Talvez, esta riqueza é que nós devêssemos conhecer e devêssemos levar para as faculdades para ser estudado, o que isto significa, porque aquilo que é a lei escrita não chega a 80% dos cidadãos. Então, por que isto não é refletido? E eu lembro que desde 1990 nós queremos trabalhar com a Faculdade de

Direito. Aliás, na altura, até convidamos o diretor-adjunto da Faculdade de Direito para fazer parte do bojo da [inaudível], o dr. **Teodoro Duarte**, porque nós achávamos que era importante envolver a Faculdade de Direito, mas houve muito pouco envolvimento da Faculdade de Direito. Bom, eu falei nisso talvez porque estou marcada por esta pesquisa, e nós até vamos ter um seminário na próxima semana sobre isso. Mas eu não vou dizer que nós não temos pesquisa. Temos, e temos boa pesquisa. Mas muitas vezes essa pesquisa não é aproveitada. Eu posso lhe falar de outras coisas que não são da universidade. Houve pesquisa sobre a terra, o mercado informal de terras, a nível urbano e rural. Outro dia, alguém me dizia que quase já não há terras públicas. Está tudo tomado.

G.M. – [Inaudível] um trabalho que confirma isso.

I.C. – Então. Até se fala, comenta-se que aquele primeiro ministro da Agricultura – o primeiro que saiu, porque nós já estamos no terceiro –, ele queria fazer o levantamento de todas as terras públicas, o registro, porque o Estado tem que ter [inaudível] dessas terras. Provavelmente, por isso saltou. O outro, ele não concordaria com certas coisas, porque também era muito legalista, era um funcionário do Estado – porque ele sempre foi funcionário do Ministério da Agricultura –, e o que aconteceu? Por que houve um incêndio no Ministério da Agricultura, no local onde foi...? Há toda uma série de coisas que a gente não sabe. Nós temos pesquisa que foi feita. Houve uma Campanha Terra, que foi dirigida pelo dr. Negrão e envolveu quase que, sei lá, 60 ou 70 organizações da sociedade civil. Trabalhou-se muito nesses aspectos, tentou-se chamar a atenção do papel do Estado para os bens públicos etc. O que está a acontecer hoje? Dizem que nem as florestas são bens públicos. E não é que não haja pesquisa. O Cruzeiro do Sul fez pesquisa sobre a questão da terra, o mercado informal da terra, a nível urbano e rural. Eu já não sei se foi o urbano, mas penso que foi o urbano que foi solicitado pelo primeiro ministro da Agricultura. Nunca conseguimos discutir isso. Há um Núcleo de Estudos da Terra aqui na Universidade Eduardo Mondlane, e o que nós conseguimos em relação a essas coisas? Então, eu penso que nós temos pesquisa. Podíamos fazer mais, mas nós temos pesquisa. Algumas vezes, essa pesquisa sai do computador para a gaveta, que é o problema, não é discutida, e muitas vezes, ela é discutida, mas e depois? Traduz-se em políticas públicas adequadas? Não é obrigatório, mas há questões gritantes que clamam por mudanças e por políticas.

G.M. – Há uma frase do Frei Betto que é: “O socialismo privatizou o simbólico e socializou o material e o capitalismo agiu ao contrário, socializou o simbólico e privatizou o material”. Essa história que está a contar agora me faz lembrar, dentre as várias coisas que falavam do Centro de Estudos Africanos, é que era mais ou menos o cérebro das políticas que se faziam no país. Quer dizer que isso já não está acontecendo. Não há o aproveitamento do que a universidade faz, das pesquisas etc.

I.C. – Eu acho que não. Nós temos que nos repensar. É um momento diferente, não é? Nós de fato passamos por muitas mudanças. O Centro de Estudos Africanos foi o primeiro centro de pesquisa. Foi o primeiro. Foi criado pelo Aquino de Bragança e pelo Ganhão, duas pessoas que vinham da luta armada, portanto, tinham toda a legitimidade, toda a força e todo o poder. É preciso ver isto. Eram muito importantes. O Aquino tinha uma ligação privilegiada com o Samora Machel e é óbvio que... Não é verdade que isto aqui fosse um centro que fazia trabalho para os outros e que fazia trabalho que era do agrado – quando eu digo os outros, eu digo o Estado e o partido –, porque muitas vezes não foi do agrado. Portanto, era de fato um centro de reflexão, com académicos de reconhecida competência que, quando fazem trabalho, fazem

trabalho com a sua independência. Muitas vezes não gostaram dos trabalhos. Mas eu acho que, pelo poder que essas pessoas aqui tinham e pelas ligações que tinham e pela importância que lhe era dada também por Samora Machel... Porque Samora tinha muitos defeitos, mas ele tinha uma perspectiva de futuro. Ele queria conhecer as coisas, ele queria saber as coisas. Ele podia utilizá-las de maneira pior ou melhor, mas ele de fato tinha uma grande sensibilidade para isso. Ele sabia que era preciso conhecer. Então, isto teve muita força, teve muitos apoios. Nos momentos a seguir, nós tivemos que nos repensar, e conseguimos nos repensar, mas é preciso dar... continuar a dar importância a isto. Porque, por um lado, a gente tem que pensar o que nós queremos desse centro e o que queremos de outros centros. Porque hoje não há só este. Naqueles anos, havia só este. Nós temos que pensar o que nós queremos, o que é importante, e não em função do dinheiro que se dá. A gente cria o Sepa, o Nepa ou isto ou aquilo porque há dinheiro, como agora, que se criou este Gabinete de Estudos da Mulher e Gênero porque algumas pessoas da universidade acharam que era importante, apesar de existir o Departamento de Estudos da Mulher e Gênero no Centro de Estudos Africanos. Mas dizem que deve ser criada uma coisa a nível da universidade e metem lá duas senhoras que nunca fizeram estudos nenhuns. Não têm nenhum, nem um único artigo escrito sobre questões da mulher e gênero em Moçambique. Por quê? Porque a cooperação italiana quer dar dinheiro. E interessante que a cooperação italiana deu-nos dinheiro, aqui ao Departamento de Estudos da Mulher e Gênero. O que eu quero dizer com isto, e estou a partir de exemplos concretos? Nós estamos em um momento diferente. A gente tem que se pensar. O que nós queremos? O que nós queremos que seja o Centro? Em um momento em que há vários centros: há o WLSA, há o Centro de Estudos Estratégicos, há... E depois, há os centros independentes. O que a gente quer? Qual é o nosso núcleo duro, em termos do trabalho que nós vamos fazer? E a partir daí... Então, nós temos que ser bons naquilo que nós vamos fazer. Nós temos uma história que corresponde também a um momento importante da vida deste país, que nos obrigou a trabalhar daquele modo. Eu acho que é importante agora também nós fazermos uma reflexão sobre Moçambique no contexto da África Austral, ainda por cima agora, com a integração regional. E é até interessante nós vermos o que nós dizíamos em relação ao Consas, a Constelação de Estados, dominada pela África do Sul, e uma integração regional hoje, que continua a ser dominada pela África do Sul. O que mudou nesses 33 anos? Nós podemos ser completamente engolidos. Continuamos a ser engolidos pela África do Sul. O que aconteceu nesses anos depois da independência, em que a África do Sul mudou? Ou não mudou? É um país capitalista, o mais forte da região. O que mudou? Então, é interessante, há aspectos de ligação. Nós estávamos a fazer estudos de Moçambique no contexto da África Austral e estudos que nos permitiam entender o que iria acontecer aqui neste país depois da libertação da região do *apartheid*. E o que acontece com a libertação do *apartheid*? Todos esses países estão a seguir uma linha capitalista. O que acontece? Nós continuamos a ter uma estrela, que é a África do Sul, e os países dependentes. Então, é interessante, quer dizer, a questão da integração regional é uma questão de continuidade, em relação àquilo que moveu o Centro de Estudos Africanos na sua fase inicial. E depois, continuar a estudar o nosso país: quais são os nossos desafios neste momento de democracia? Que democracia que nós temos? Uma democracia representativa. O que isso significa em termos do cidadão? É isto que estamos também a pensar agora para o nosso plano estratégico dos próximos anos.

G.M. – E outra coisa também, a doutora teve uma passagem pela vida política, foi deputada da Assembléia da República pela cidade de Maputo.

I.C. – De 90 a 95.

G.M. – Que experiência teve a investigadora, a ativista feminista e a ativista política? Como é que foi essa experiência de deputada?

I.C. – Para mim, todas as experiências são positivas. Todas elas. Podem ser dolorosas, como foi a passagem pelo Parlamento, porque me provocou uma depressão muito grande, mas eu penso que aprendi muito: aprendi a ver como é que é o poder político, como é que são as relações de poder numa instituição que é o Parlamento, que não tem nada que ver com o que ele é hoje, porque aquele era o primeiro Parlamento multipartidário e a primeira legislatura multipartidária. Ainda se estava a construir esse sistema multipartidário, que não tinha tantos vícios como a mim me parece que ele tem hoje. Então, foi uma experiência extremamente rica, porque a gente estava a construir algo de novo – mais uma vez aquela sensação de estar a construir algo de novo –, num contexto representativo que tem toda uma série de problemas. E isso me permitiu, de fato, pegar nas reflexões que têm sido feitas em relação à democracia representativa. Quer dizer, quem é que conhece a Isabel Casimiro aí pelo país? Ninguém. Porque as pessoas vão votar naqueles deputados que lá estão. No fundo, as pessoas vão votar por um determinado partido, porque aquilo que interessa são os partidos de fato. Quem eu sou, aquilo que eu vou fazer... Se calhasse eu concorresse por Nampula, onde eu sou mais conhecida, seria mais correto, mas eu já não estou em Nampula há muito tempo. Depois, o modo como as bancadas fazem a política ali dentro, como é que são as relações entre nós, como é que as pessoas se vêem ali dentro. Ser deputado naquele tempo era uma coisa muito boa: eu recebia quase o triplo daquilo que recebia como do Centro Universitário, portanto, aquilo era um bom emprego entre aspas para se acumular riqueza. Então, eu lembro-me que muitas vezes, quando nós colocávamos algumas questões... Eu me lembro, por exemplo, a discussão sobre a reforma do deputado: alguns de nós achávamos que o deputado só devia receber a reforma por inteiro depois de estar duas legislaturas. Não era correto. E quando essa questão veio a debate, havia deputadas e deputados que nos mandavam calar, diziam: “Ah, pois, vocês têm essa posição porque vocês já têm um emprego. E nós não temos”. Então, essas questões materiais e outras questões que se iam colocando ali, assim, logo desde o princípio. E depois, mesmo as relações de poder entre nós: como é que a gente se via ali dentro, quem eram as pessoas... A gente começava a ver quais eram os grupos que tinham mais força, que muitas vezes correspondiam às pessoas que tinham poder económico; os debates... Eu passei pelos debates sobre a questão do caju, o desmantelamento da indústria do caju; sobre a questão da terra; a lei do trabalho... Houve momentos difíceis. Para mim, a gota d’água foi a questão da lei do serviço militar obrigatório, porque eu sou absolutamente contra o serviço militar obrigatório e muito mais de ele ser obrigatório para as mulheres. E nós fomos obrigados a votar a favor da lei do serviço militar obrigatório. Isso, para mim, foi, digamos assim, a gota d’água. Mas foi uma experiência muito positiva, em que a gente aprende que não pode ser Dom Quixote de La Mancha. Ou seja... Às vezes é importante, nós temos que tomar posições isoladas, quando vemos que estamos mesmo isolados, mas é porque é preciso marcar posição. Nós vamos ficar sozinhos, como eu fiquei, por exemplo, em relação a essa questão da lei o serviço militar obrigatório. Eu acho que a pessoa que estava comigo era a Lina Magaia. E depois até me disseram que eu não respeitava as mulheres que participaram na luta armada, os membros do destacamento feminino. Quando eu escrevi uma tese sobre isso, portanto, não lhes respeitava a ninguém, não é? E ali depois utilizam-se todos os argumentos.

[FINAL DO ARQUIVO ISABEL_MARIA_ALÇADA_CASIMIRO_01]

G.M. – Sim, estava a falar sobre a votação na Assembleia da República, a dizer que não era... Eram vários deputados, mas as posições de cada um contavam bastante.

I.C. – E às vezes nós éramos obrigados a votar por uma determinada lei. Nesse caso, nós recebemos orientações para votar. Mas a questão é que... Ok, nós temos que tentar mobilizar as pessoas para tomar determinadas posições. Era isso que eu dizia. Não podemos ser Dom Quixotes de La Mancha, ficar isolados. Se bem que às vezes é muito difícil arranjar consensos, e nós temos que marcar uma posição e dizer: “Não estamos de acordo”. Por exemplo, eu, se voltasse atrás, eu iria contra a orientação do partido Frelimo e dizia: “Eu discordo totalmente que as mulheres sejam obrigadas a ir fazer o serviço militar obrigatório”. Quer dizer: eu discordo do serviço militar obrigatório por princípio, porque até posso aceitar que em determinado momento isso aconteça – ainda não tínhamos terminado a guerra, é verdade –, mas discordo que as mulheres sejam obrigadas. Aliás, a proposta inicial do Ministério da Defesa era que fosse alternativo para as mulheres. Então, nós devemos tentar ter posições conjuntas com outras pessoas, mas quando isso não é possível, há momentos em que nós temos que estar isolados. É difícil, mas é preciso.

G.M. – Temos que ter o direito de refletir.

I.C. – Temos que ter o direito de tomar uma posição que não seja uma posição coletiva, quando é para marcar um ponto, e isso é muito difícil. Houve momentos no Parlamento em que eu levantei um determinado número de questões que tinham sido levantadas fora daquelas reuniões por outras pessoas, mas chega o momento H e eu sou a única pessoa a falar. E depois as outras dizem, como foi no caso do serviço militar obrigatório: “Ah, a camarada Isabel tem razão, até porque nós sabemos que são as nossas filhas que vão para a tropa, mas as filhas deles não vão”. Eu disse: “Mas por que vocês não falam?” “Ah, sabe como é.” Portanto, o medo. O medo ou: “Eu estou bem aqui, não vou contra nada porque senão ainda me tiram aqui do Parlamento”. Portanto, essas relações são extremamente importantes, porque isto faz parte das vidas das pessoas. Nós temos que contar com isto. Isto é humano. Não podemos esperar que todas as pessoas sejam muito corretas e estejam em uma determinada instituição para trabalhar para os outros etc. O que é preciso é saber lidar com este tipo de situações, é reduzir a possibilidade das coisas más acontecerem e se reproduzirem. Más na minha maneira de ver. Então, nesse aspecto, foi uma experiência muito positiva. Houve coisas bonitas que se fizeram ali. Depois, a força do grupo é uma coisa terrível, não é? Nós estávamos ali enquanto que bancada e às vezes nós, como bancada, a fazermos coisas que, se calhar, individualmente não faríamos talvez. Portanto, há coisas que são terríveis: como o grupo, a multidão às vezes nos levam a coisas terríveis. Esse é outro aspecto que a gente aprende. Podemos não concordar com certas coisas... Quando havia aquelas guerras de palavras entre uns e outros, as três bancadas – porque naquela altura havia três –, então, muitas vezes a gente se exalta e tal e faz coisas que depois diz: “Mas o que eu estava ali a fazer?” Portanto, é uma experiência importante que nos faz... Eu aprendi muito em termos de relações de poder. Eu sobretudo verifiquei que qualquer poder que passe pela minha vida não muda a minha maneira de ser. Eu continuei igual a mim mesma: não enriqueci, não arranjei empresas – e, felizmente, eu não fui educada para isso – e não fiquei uma pessoa arrogante. Eu nunca disse: “Eu sou uma deputada eleita pelo povo!” Nunca ninguém me ouviu a dizer isso. “Eu, que fui eleita pelo povo... Eu, que falo em nome do povo...” Nunca ninguém me ouviu a dizer isso, como eu ouvi muitos deputados a dizerem, e eu não fiquei arrogante. Portanto, para mim, as diversas passagens pelo poder, e eu tive várias – eu fui reitora do Liceu de Nampula durante um ano, eu fui diretora-adjunta do Centro e fui diretora do Centro –, essas

coisas a mim nunca alteraram a minha maneira de ser. Mas as funções alteram-nos muito. Isso a gente lê, mas não sabe como é que isso funciona. E ali eu aprendi. Porque, de fato, muita gente mudou: na maneira de falar, nos gestos... Parece que ficamos todos a dirigir da mesma maneira. Isso foi outra coisa que eu aprendi de fato. E é um dos cavalos de batalha das feministas, porque nós queremos ter cada vez mais mulheres em posições de chefia, porque acreditamos que quanto mais mulheres, mais se pode dar o caso de uma delas ser feminista e alternativa e querer mudar as coisas e obrigar a que as relações de poder e o poder, ele próprio, se altere. Mas aquilo que normalmente acontece é que nós somos completamente subjugadas e apanhadas pelo poder, pelas relações de poder e passamos a reproduzir-nos como tal. Quase que passamos a ser homens – porque, de fato, são sobretudo os homens que estão na política e que orientam as configurações da política. E nós passamos a ser homens de saias, na nossa maneira de lidar, nas nossas relações e nas hierarquias que nós criamos. Infelizmente, muitas das mulheres que nós temos em posições de chefia apenas conseguem reproduzir as relações de poder existentes e não as desafiam. E isso eu pude ver lá dentro. Porque eu estava ali dentro. Eu não fazia parte do núcleo duro, eu era uma deputada simples, ordinária, como eu costumo dizer, eu não estava em nenhuma das comissões, mas pôde-se ver isso, como as relações, as hierarquias, as arrogâncias foram sendo construídas e reconstruídas e reproduzidas. Portanto, são experiências sempre importantes para um cientista social refletir.

G.M. – Doutora, se eu lhe pedisse para fazer uma comparação da sua geração de cientistas sociais e a de hoje, o que é que nota, quais diferenças que nota? O que há hoje de diferente? O que há hoje de continuidade? O que há hoje de descontinuidade? E o que se pode ressaltar como positivo e como avanço hoje dessa geração nova de historiadores, antropólogos, cientistas políticos que essa universidade e outras foram criando ao longo do tempo?

I.C. – Cada geração tem as suas coisas boas e positivas e tem as suas coisas negativas. Porque nós somos marcados por momentos diferentes, histórias diferentes, contextos diferentes. A nossa geração... parte da nossa geração, porque houve várias gerações, esteve muito marcada, alguns de nós, pela luta pela independência. De uma ou de outra maneira, participaram na linha de combate e fora da linha de combate. Participamos. E depois, não fomos apenas escultores de políticas, nós construímos este país. Sem ter muitas opções, nós tínhamos que fazer as coisas. Nem sempre escolhemos os cursos que queríamos escolher e tivemos que seguir os caminhos que eram importantes, porque nós até considerávamos que era importante fazer isso. Portanto, é uma geração marcada por esse momento histórico da independência, é uma geração que acreditava muito nas mudanças. Eu estou a falar da nossa, porque houve várias gerações. Houve gerações que não concordaram nada com isto. [É uma geração que] participou, acreditou, mudou muitas coisas, contribuiu para as mudanças, mas também ficou marcada por outras coisas. Quer dizer, a gente, em certa medida, perdeu um pouco da nossa juventude, da nossa fase inicial da vida adulta, porque nós estávamos muito engajados neste processo todo. Nós não tínhamos muito por onde escolher em termos de emprego; nós éramos logo colocados. Ainda outro dia, a minha filha me dizia: “Pois é, mãe...” A minha filha fez Sociologia, a minha filha mais velha. “Pois é, tu não tiveste que andar à procura de emprego como eu, que mandei o meu CV para cinquenta instituições diferentes e não consegui nada”. Eu disse: “Pois. Mas eu fui logo mandada para um determinado sítio, não tive muita escolha também, como a tua tia”. A minha irmã mais nova queria fazer Direito e não pôde fazer Direito e foi para o curso de formação de professores Português-Inglês. Mas será que hoje os jovens também podem optar? Eu estava no tempo colonial e não fui para o curso que eu... Eu sempre dizia isso aos meus alunos: eu não escolhi aquilo que eu queria, porque eu não podia. Então, eu acho que hoje a

juventude tem outros desafios que, provavelmente, a vai levar a conseguir outro tipo de qualidade. Hoje não é tão fácil conseguir empregos; as certezas hoje não existem... Nós estávamos certos de que íamos construir o socialismo, de que este país ia mudar, o mundo ia mudar. Eu ainda me lembro de estar a falar com antigos estudantes da Frelimo: “Ah, este socialismo é invencível” – o que a gente escreveu aí nas paredes – “é imparável. E vamos, vamos andar. Ninguém nos agarra”. Entretanto, nós tivemos todos aqueles contratempos: da ofensiva rodesiana, da ofensiva sul-africana, do *apartheid* etc., etc., todas as mudanças, as grandes viragens que houve, que eu não sei se eram inevitáveis e que aconteceram também por circunstâncias externas e internas, porque alguém queria lutar também, não é? Então, esta geração é uma geração em um momento completamente diferente: é uma geração que não viveu muitos dos problemas antigos. Eu sempre fui uma privilegiada, mas há jovens da minha geração que não foram privilegiados, que tiveram que batalhar muito para estudar. Hoje, há jovens que não foram discriminados na sua juventude como outros jovens foram discriminados. Tiveram muitas coisas à sua disposição, mas, por outro lado, as certezas não são as mesmas, hoje não é fácil arranjar emprego, e depois, há muitas distorções. Quer dizer, eu hoje quero tirar um curso, eu pago; eu hoje quero a carta de condução, eu pago; eu quero uma cadeira pronta, durmo com [...]. Quer dizer, há coisas hoje que... Eu não estou a dizer que não existissem, mas não eram dominantes. Hoje, isso é o que é dominante. Quer dizer, quando eu ganho um concurso para arranjar um emprego e depois me dizem: “Muito bem, você ganhou, mas tem que me pagar os três primeiros salários, ou a metade dos teus três primeiros salários”. Isto é o pão nosso de cada dia hoje. E o pior é que há pessoas que dizem: “Não, está certo, porque é a única maneira de eu arranjar um emprego”. Portanto, os desafios são muito grandes. São bons... São bons não, exigem uma imaginação sociológica muito grande, para se poder enfrentar isto, mas não é... Quer dizer, nenhum momento é fácil, mas eu imagino que não é fácil hoje, para um jovem cientista social, enfrentar todas essas questões, no momento em que nós temos à nossa disposição um menu muitíssimo mais variado de cursos, de direitos, disto e daquilo, mas, ao mesmo tempo, as possibilidades de escolha são muito limitadas também, porque têm imensos entraves: da corrupção, da malandrice etc., etc. Portanto, são desafios muito complicados, mas que eu acredito que, apesar dos problemas de formação, apesar de todos esses problemas éticos e morais, eu acredito nas capacidades das várias gerações para superar isso. Mas é preciso uma grande imaginação sociológica, como dizia o sociólogo, não é?

G.M. – E o que a doutora acha que tem que acrescentar? Já estamos quase ao final da nossa conversa. O que quer acrescentar?

I.C. – Eu já disse tanta coisa. Não sei. A única coisa que eu posso dizer é que acho que é bonito o que está a fazer, até porque nos obriga a pensar em um determinado número de coisas de outra maneira, pelas questões que coloca, e isso é sempre positivo. Porque às vezes nós arrumamos a nossa história de vida em determinadas gavetas, porque muitas dessas coisas hoje não são chamadas para o nosso dia-a-dia, e um trabalho deste tipo é sempre importante, porque nos ajuda a pensar no passado, no presente e no futuro. Obrigada.

G.M. – Ok. Uma das coisas que se lamenta é que aquelas publicações que vocês faziam no Centro agora já não fazem. Tudo parou?

I.C. – Tudo. A última foi... Não tem a última?

G.M. – Do Centro de Estudos Africanos? Não, não. E a pesquisa também, na Internet quase não existe nada sobre o Centro.

I.C. – Não existe nada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]